



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 27 DE ABRIL DE 2013

Professores em greve há mais de 60 dias

Os professores da rede municipal de São Cristóvão, em greve há pouco mais de 60 dias, farão uma assembleia na próxima segunda-feira, às 9h, na Escola Prado Miele, para decidir se mantém ou não a paralisação. Isso porque a prefeita Rivanda Faria divulgou uma nota informando que determinou o “pagamento dos salários dos meses de janeiro a março, baseado em 100% da receita média do Fundeb deste primeiro semestre de 2013”, inclusive a 252 professores que respondem a inquérito administrativo. Essa decisão foi tomada depois de uma reunião entre a diretoria do Sintese, representantes da prefeitura e o promotor de Justiça, Fábio Pinheiro.

A nota diz, ainda, que “estão incluídos também nesse pagamento todos os professores que respondem ao procedimento disciplinar solicitado pela Secretaria de Educação do Município, em função da

ausência ao trabalho no período de fevereiro e março, de acordo com a legislação pertinente que permite a administração efetuar o pagamento antes do parecer conclusivo da comissão de inquérito”.

Para o diretor executivo da base municipal do Sintese, Francisco Andrade, somente depois de ver os contracheques dos professores, é que a categoria saberá se estes vencimentos têm como base novembro de 2010 ou são referentes a 2012. “Caso seja de 2010, não teremos outra alternativa, a não ser continuar a greve. Se for com base no salário de 2012, a categoria decidirá o que fazer”, disse o professor. Com a paralisação dos 400 professores, 7.900 alunos estão sem aulas.

Tanto o representante do Sintese quanto da Prefeitura são unânimes em um ponto com relação à audiência com o promotor de Justiça, Fábio Pinheiro: não houve

consenso. A nota da prefeitura diz que “após longa reunião de dois dias presidida pelo promotor Fábio Pinheiro, Sindicato dos Professores de Sergipe (Sintese) e prefeitura de São Cristóvão, verificou-se que não houve convergência para um entendimento salutar entre as partes. Dessa forma, segue o processo para análise e apreciação do Poder Judiciário”.

O professor Francisco Andrade diz que não houve consenso “por causa da intransigência do secretário municipal de Assuntos Parlamentares, Armando Batalha” que, além de ter cortado parte do salário, ainda quer efetuar os pagamentos tendo como base o salário referente a novembro de 2010. “Nós não aceitamos, fizemos uma assembleia e a categoria rejeitou”, disse.

A Prefeitura, por sua vez, disse, em nota, “que a minha administração (da prefeita Rivanda

Farias) não poderia ficar refém da intransigência do Sintese, provocando sérios problemas sociais à classe dos professores, bem como determinei ao secretário da Educação que, após concluído o pagamento de todas as folhas até sexta-feira (amanhã), convocasse os professores para o início das aulas, levando os alunos às classes e tranquilizando os pais de alunos em relação ao futuro dos seus filhos”.

Para o diretor executivo da base municipal do Sintese, não foram os professores que descumpriram as decisões judiciais e não tiveram as contas bloqueadas na Justiça, como acontece com a Prefeitura de São Cristóvão. “Na audiência com a promotora, ficou definido que a Justiça vai pedir o bloqueio da conta do Fundeb, que está na Caixa Econômica Federal”, acrescentou Francisco Andrade.